

MINAS GERAIS E O TRÁFICO INTERNO DE ESCRAVOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: O CASO DE BONFIM DO PARAÓPEBA

Ulisses Henrique Tizoco¹

Resumo: Partindo-se do pressuposto de que as movimentações internas de cativos operadas no Sudeste do Brasil, e na província mineira em particular, após a cessação do tráfico atlântico em 1850, fazem parte de processos muito mais amplos e complexos que uma simples transferência de escravos hipoteticamente “ociosos” de áreas supostamente “decadentes” para outras economicamente mais dinâmicas, este artigo pretende discutir alguns dos resultados obtidos em pesquisa de mestrado recentemente defendida na UFMG que abordou o comércio de escravos na localidade mineira de Bonfim do Paraopeba entre 1842 e 1888. O estudo resultou da análise de registros notariais envolvendo escravos, basicamente escrituras de negociações de escravos, procurações destinadas a negociar escravos e registros de alforria pertencentes ao acervo do Arquivo Público Municipal de Bonfim – APMB, auxiliada por Relatórios do Presidente da Província, Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes, dados das listas nominativas de habitantes da década de 1830 e do Recenseamento de 1872 e anúncios publicados em jornais mineiros e fluminenses. A vila e, a partir de 1860, Cidade do Bonfim do Paraopeba situava-se no Vale do Rio Paraopeba, no limite oeste da região Mineradora Central Oeste, que se caracterizava pela povoação mais antiga, erigida no boom aurífero do século XVIII e de toda a economia surgida em seu entorno. Tendo permanecido o centro da rede urbana de Minas Gerais, a Mineradora Central Oeste sediava a capital da província, Ouro Preto, bem como grande parte dos principais centros urbanos de Minas, sendo também a mais populosa e densamente povoada região mineira ao longo do século XIX. A economia bonfinense, desde suas origens setecentistas, girou em torno da produção agrícola (principalmente milho, feijão, arroz, mamona, cana, mandioca, batata e algodão), criação de animais (principalmente bois, porcos, carneiros e cavalos), além de atividades de transformação de tais matérias primas (destaque para os fios e panos de algodão, azeite de mamona, toucinho, polvilho, rapadura, açúcar e aguardente), produtos esses que variavam de importância de um distrito para o outro e destinavam-se ao mercado interno provincial e do Rio de Janeiro. Em 1872, entre os 72 municípios mineiros, Bonfim era o 20º mais populoso e 28º com maior população escrava, sendo que 16,4% de seus quase 30 mil habitantes encontravam-se escravizados. Ao longo das cinco décadas finais da escravidão, Bonfim desenvolveu um significativo comércio de escravos que, em sua maior parte, destinava-se a suprir a demanda local e regional por trabalhadores escravizados, demanda esta que não provinha de produções destinadas ao mercado externo. Ainda assim, estava inserido num contexto mais amplo de transações comerciais que também interceptavam o mercado nacional de mão de obra, cuja provisão era feita, em grande parte, pelos tráficos intra e interprovincial de escravos. Não obstante, algumas vendas para a Mata mineira e província do Rio de Janeiro, o comércio de escravos documentado em Bonfim era de natureza eminentemente regional, além de multidirecional. Ademais, a evidência reunida não sustenta a noção de que a região estaria perdendo população escrava para regiões mais dinâmicas de forma acentuada. Acredita-se que os resultados encontrados para Bonfim sejam bastante representativos da situação provincial mineira no tocante ao comércio e comportamento da população escrava no período.

Palavras-chave: Tráfico interno de escravos; Décadas finais da escravidão no Brasil; Século XIX; Bonfim do Paraopeba; Minas Gerais.

1 Mestre em História pela UFMG

No tocante aos estudos sobre a modalidade interna do tráfico de escravos no Brasil, temática que recebeu bem menos atenção que a modalidade transatlântica, as pesquisas empreendidas até meados dos anos 1980 priorizaram a análise do tráfico interprovincial após 1850, mais especificamente aquele ligado às transferências realizadas das províncias e regiões não cafeeiras para o Vale do Paraíba e Oeste Paulista (cujos resultados também costumavam ser projetados para a Zona da Mata mineira, devido à inclusão de Minas no “pacote rotulado como ‘províncias cafeeiras’”, conforme crítica tecida por Roberto Martins²).

Tal atenção dispensada a essa faceta do tráfico interno, além da própria questão do interesse em se estudar o processo de desenvolvimento da cultura cafeeira (principal produto de exportação brasileiro entre meados do século XIX e início do XX) e seus desdobramentos nos diversos aspectos da sociedade brasileira oitocentista, também pode ser explicada por uma maior disponibilidade de fontes conhecidas para esta temática que, por exemplo, para o tráfico interno existente antes de 1850 (que, embora não se tenha uma quantificação de seu volume, foi o responsável por prover de escravos grande parte do enorme território brasileiro, redistribuindo para o interior tanto os africanos desembarcados no litoral, quanto cativos nascidos em diferentes regiões do Brasil).

Tendo as pressões inglesas levado o governo brasileiro à decisão de abolir definitivamente o tráfico atlântico de escravos para o Brasil em 1850, mas preservando a escravidão no Império, todas as atenções acerca da instituição servil foram voltadas para aquela que seria, a partir de então, a principal forma de reposição de trabalhadores escravizados: as transferências internas, que passaram então a ser melhor documentadas.³

Após 1850, o Estado passou a exercer maior controle alfandegário e burocrático (produzindo registros sistemáticos da posse e das movimentações comerciais de escravos). As questões da transição para o trabalho livre, do abolicionismo e da tão reclamada escassez de mão de obra também passaram a ganhar importância crescente. Ademais, havia desdobramentos inerentes ao próprio tráfico interno (como o recolhimento de tributos provenientes de tal atividade e os perigos da “concentração” dos escravos no Sudeste do país) e uma crescente resistência escrava.⁴

Tudo isso motivava importantes debates nos mais diversos setores da sociedade imperial (entre os legisladores nacionais e provinciais, na opinião pública que estava se constituindo, no judiciário, em clubes e círculos políticos ou artísticos que congregavam membros das elites ou das camadas intermediárias da sociedade, entre outros), contribuindo

2 Roberto B. Martins. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018, p. 31.

3 Robert Conrad. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro, 1975.

4 Célia Maria Azevedo. *Onda Negra. Medo Branco. O negro no imaginário das elites - século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987; Maria Helena P. T. Machado. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

para gerar riquíssimo material para a pesquisa histórica que, devido à sua natureza (atas, leis, jornais, livros, panfletos), lograram grande êxito em permanecer preservadas.

Ocorre que a historiografia produzida nos meados do século XX, ao abordar a participação de Minas Gerais no tráfico interprovincial oitocentista, apoiava-se, em geral, no pressuposto de que a referida província encontrava-se estagnada economicamente e fornecendo escravos em massa para as pujantes áreas cafeeiras, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Tal corolário advém da contribuição de autores como Celso Furtado e Roberto Simonsen a um esquema interpretativo clássico que, em linhas gerais, enfatizava o caráter de dependência externa por parte da Colônia (seguida pelo Brasil independente), evidenciada pela importância alcançada pela produção de itens primários para o mercado europeu, e minimizava qualquer relevância econômica da produção destinada ao abastecimento do mercado interno. Ao focar nas atividades produtivas desenvolvidas para comercialização no mercado externo e a elas vincular a escravidão, tal corrente historiográfica compreendeu erroneamente ou simplesmente ignorou importantes aspectos da economia mineira colonial e oitocentista que não se encaixavam em tal raciocínio. Furtado, além de corroborar a visão de uma Minas oitocentista marcada pela estagnação econômica e ruralização, já assinalada por Simonsen, defendia que a decadência da mineração (que, por conseguinte, teria “desagregado” a economia mineira) teria originado um “estoque” de população escrava “subutilizada” fundamental para o desenvolvimento da economia cafeeira no Sudeste. Dessa forma, os escravos da antiga região mineradora, que estariam “ociosos” devido ao marasmo econômico que se verificaria em Minas com a decadência da mineração, teriam sido transferidos para as áreas cafeeiras do Rio de Janeiro e de São Paulo, garantindo o provimento de trabalhadores necessários para o início do cultivo do café.⁵

O alcance atingido pela obra de Furtado faria com que esse argumento vigorasse por vários anos na produção historiográfica sobre o Brasil como uma espécie de consenso e passasse a permear também diversas pesquisas acerca da escravidão, como pode ser observado nos trabalhos de Kátia Mattoso e Emília Viotti da Costa.⁶

Jacob Gorender, embora discorde da atribuição de decadência e estagnação à Minas pós-mineração setecentista, reconhecendo a singularidade da capitania e futura província em manter uma economia de grandes explorações escravistas produtoras de gêneros alimentícios para o mercado interno, também aceitou a ideia de que os tráficos inter e intra-provincial pós-1850 orientavam-se no sentido de transferir escravos de áreas não cafeeiras para as áreas cafeeiras de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.⁷

5 Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977, pp. 122-123; Roberto C. Simonsen. *História econômica do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1977.

6 Kátia de Queirós Mattoso. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003, pp. 58-65; Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 63 e 95.

7 Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988, pp. 325 e 447-450.

Detendo-se nas cifras do tráfico interprovincial e nos debates que este suscitava no parlamento, Robert Conrad corroborou tal raciocínio, defendendo que, nas décadas finais da escravidão, o interesse pela manutenção do escravismo variava conforme a importância que a produção cafeeira apresentava em cada região. Dessa forma, após 1850, o Império viu-se cada vez mais dividido em duas áreas: regiões produtoras e não produtoras de café, sendo que as últimas estariam vendendo seus escravos em massa para as primeiras. Para Conrad, a ampla e populosa província de Minas Gerais teria sido o mais claro exemplo desse comportamento nos anos 1880, uma vez que continha uma pequena zona de café, pró-escravatura, e, “mais para o interior, vastas regiões mais pobres, de mineração e de gado, sem café, demonstrando menos preocupação quanto à sobrevivência do sistema de trabalho escravo ou até ansiosas por ver seu fim”⁸.

A pesquisa de doutorado de Robert Slenes, defendida em 1976, também enfatizou a modalidade interprovincial do tráfico interno, contudo, foi um pouco além daquele esquema interpretativo clássico supracitado. Slenes calculou em cerca de 200 mil a quantidade de escravos negociados internamente após 1850 (comércio este intensificado na década de 1870) e discutiu a formação de um mercado nacional de cativos a partir da abolição do tráfico atlântico, originado pelo contato de mercados regionais, sendo um dos pioneiros a utilizar documentos cartoriais como fonte para estudar o tráfico interno, e igualmente um dos pioneiros em destacar a complexidade do comércio de escravos pós 1850⁹.

A partir dos anos 1990, quando se observa uma proliferação de estudos de caráter regional, a historiografia sobre a escravidão começou a dedicar mais atenção também à outra faceta do tráfico interno no pós-1850, o tráfico intraprovincial, em suas dimensões local, intramunicipal, intra e inter-regional. A partir de então, as fontes cartoriais foram definitivamente incorporadas aos estudos do tráfico, fontes estas que, na maioria das vezes, relegadas ao abandono e à deterioração em depósitos de cartórios, fóruns ou arquivos municipais retratam mercados locais ou regionais, além de conterem um dos maiores e mais importantes conjuntos documentais sobre a escravidão no Império, que permitem enorme aprofundamento nos pormenores das transações comerciais envolvendo cativos¹⁰.

Em meados da década de 1990, Roberto Martins, ao analisar os dados dos recém-descobertos inquéritos provinciais das décadas de 1850 e 1860, reafirmou as convicções externadas em seus revolucionários estudos empreendidos ao longo da década anterior, de que Minas, a província com a maior população cativa do Império, havia sido o maior importador de escravos até o início dos anos 1870 e que a maior parte de tais importações não

8 Robert Conrad. *Os últimos anos...*, pp. 156-158.

9 Robert W. Slenes. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado em História. Stanford University, 1976. Uma importante síntese historiográfica a respeito do tráfico interno (sobretudo em sua modalidade interprovincial pós-1850) pode ser encontrada em Richard Graham. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*. N. 27 (2002), pp. 121-60.

10 Robert W. Slenes. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v.13(1): 117-149, jan./abr.,1983; Robert W. Slenes. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, p.166- 197, mar./ago. 1985.

estariam relacionadas à demanda cafeeira, rechaçando a possibilidade de escravos da antiga região mineradora estarem sendo “drenados” para a economia de *plantation*¹¹. Entretanto, talvez o ponto mais importante deste seu trabalho resida no fato de os resultados por ele apresentados evidenciarem as diversidades regionais no tocante ao comportamento da população cativa mineira ao longo do período imediatamente posterior à abolição do tráfico atlântico, além de sugerirem que as movimentações de cativos naquele período não obedeceriam a um fluxo unidirecional, mas sim a fluxos de tamanhos e direções variadas.¹²

Em estudos como os de Rômulo Andrade e Cláudio Heleno Machado, ambos para a região da Mata mineira, a pormenorização das transações pode ser vislumbrada na análise do perfil demográfico e do local de origem dos escravos negociados naquela região. Em ambas as pesquisas, os autores encontraram as transações intra e intermunicipais superando, com folga, as interprovinciais. Ou seja, a maioria dos cativos negociados naquela região proviria dos próprios municípios ou de outros municípios da província. Machado propõe ainda que Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX, teria se constituído num importante entreposto comercial para a mercadoria escrava, tanto pela pujança de suas lavouras cafeeiras quanto por sua privilegiada localização na Zona da Mata e vinculações estabelecidas com o Rio de Janeiro, apontando também para a importância de se atentar para as possibilidades não pouco comuns de os escravos serem alvos de outras transações antes ou depois daquela analisada a partir do registro em cartório.¹³

Outros trabalhos importantes são o de Camila Flausino, para a região de Mariana/MG, o de Rafael Scheffer, que analisou o tráfico em Campinas/SP e de cidades gaúchas e catarinenses para o município paulista e o de Gabriel Rossini, cujo estudo se debruça sobre o mercado de escravos de centros cafeeiros do Oeste Paulista pertencentes à Zona da Baixa Paulista (Rio Claro, Araras e Araraquara).

Os três autores, cujos recortes temporais situam-se na segunda metade do século XIX, ao analisarem o perfil dos negociados, encontraram no tráfico interno algumas semelhanças com o tráfico atlântico, como a predominância dos homens em idade produtiva, que tendiam a apresentar os preços mais elevados.

Flausino conclui que o município de Mariana, localizado na antiga região mineradora e, naquele momento produtor de gêneros alimentícios e manufaturas para o abastecimento do mercado interno, embora tenha perdido escravos para outros municípios e mesmo outras províncias, não teve seus escravos “drenados” para regiões economicamente mais dinâmicas, mas sim experimentando um processo de redistribuição interno dos es-

11 Roberto Borges Martins. *Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para discussão nº 10. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980; Roberto Borges Martins. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, jan-abr 1983.

12 Roberto Borges Martins. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. Texto para Discussão nº 70. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994.

13 Rômulo Andrade. Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: UFJF, 4(1): 93-104, 1998; Cláudio Heleno Machado. Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. *X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina, 2002.

cravos (uma vez que predominaram as transações intramunicipais), além de também haver recebido escravos de outros municípios e regiões. A autora constata ainda a preponderância das transações envolvendo um único cativo. Já, em Campinas, teriam predominado as transações individuais apenas no comércio intraprovincial, tendo os comércios local e interprovincial contado com mais transações de grupos maiores. Scheffer atribui a Campinas o papel de importante entreposto de comercialização de cativos, cujo mercado, apesar de receber escravos vindos de diversas regiões do país, apresentava uma predominância de transações locais e intraprovinciais (com as transações interprovinciais predominando apenas na década de 1870). Flausino e Scheffer dedicaram-se ainda em analisar as formas de atuação e alguns dados biográficos dos principais negociantes de escravos que atuaram nas regiões por eles estudadas (estratégia também utilizada por Erivaldo Neves em sua pesquisa sobre o tráfico interno em Caetité, no Alto Sertão da Bahia, região policultora que estava perdendo escravos para a monocultura paulista).¹⁴

Rossini observou, em sua região de estudo, o predomínio das negociações de grupos de três ou mais escravos nas décadas de 1860 e 1870 e também das transações interprovinciais, com destaque para Minas Gerais e demais províncias do Sudeste durante a década de 1860 e províncias do Nordeste e Sudeste na década seguinte, seguidas pelas transações locais¹⁵.

José Flávio Motta, estudando o tráfico interno de cativos vinculado à expansão cafeeira nos municípios paulistas de Areias, Guaratinguetá, Constituição (Piracicaba) e Casa Branca entre 1861 e 1887, divide o período em questão em três momentos com características distintas: 1861-1869, 1870-1879 e 1880-1887. Para a década de 1860, Motta observa uma menor participação do tráfico interprovincial, tendo predominado as transações locais seguidas pelas intraprovinciais, ou seja, a maioria dos escravos comercializados durante o período provinham da própria província de SP. Embora predominassem as entradas

14 Erivaldo Fagundes Neves. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. In: *Afro-Ásia*, v. 24, 2000; Camila Carolina Flausino. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006; Rafael da Cunha Scheffer. *Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa*. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2012.

15 O autor argumenta que, “entre 1861-1880, Minas Gerais ocupou espaço relevante como fornecedora de escravos para o Oeste Paulista”, tendo “a preponderância do fornecimento de mão de obra para os cafezais araraquarenses ficado não com o Nordeste, mas com Minas Gerais”. Entretanto, ao longo de seu trabalho, o autor não especifica de quais regiões da extensa província mineira estariam saindo os escravos, citando nominalmente apenas o distrito uberabense de Carmo do Frutal (atual município de Frutal), que, “por motivos ainda desconhecidos”, teria sido a principal localidade mineira fornecedora de trabalhadores escravizados para Araraquara (Gabriel Almeida Antunes Rossini. *A dinâmica do tráfico interno de escravos na franja da economia cafeeira paulista (1861-1887)*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015, p. 278-281 e 332). Vale ressaltar que os “34% das ‘peças’ decorrentes de outras províncias” que Carmo do Frutal teria cedido ao município paulista ao longo da década de 1870 equivaleriam a apenas 38 indivíduos. O autor também não deixa claro se tais escravos seriam residentes ou naturais de Frutal ou se apenas teriam sido comercializados por vendedores residentes no distrito. Frise-se ainda que Frutal localiza-se na divisa com SP, estando a cerca de 230 km de Araraquara (e, comparativamente, a cerca de 700 km de Ouro Preto e 800 de Juiz de Fora, em distâncias rodoviárias atuais).

de cativos nos municípios, em todos eles também foram verificadas saídas de, no mínimo, 10% dos negociados, indicando fluxos multidirecionais. O autor subdivide a década seguinte em dois períodos: 1870-1873 e 1874-1880, sendo o primeiro caracterizado pelo tráfico “em alguma medida arrefecido” e o segundo por um comércio aquecido. Ao longo da década, as transações locais e intraprovinciais foram diminuindo, frente ao aumento das interprovinciais (que, no período 1874-1880, chegaram a predominar em algumas localidades). Também o percentual de saídas foi se reduzindo em quase todos os municípios. No decênio final (cuja quantidade de escravos transacionados foi a menor entre os três) os comércios local e intraprovincial foram responsáveis pela quase totalidade das transações, tendo as saídas suplantado as entradas em algumas localidades. O título do livro de Motta, *Escravos daqui, dali e de mais além*, é bastante expressivo da pulverização dos locais de proveniência dos escravos no estudo em questão. Observa-se que os cativos provinham, em maior ou menor quantidade, de diversas localidades e províncias. Nesse sentido, a participação de Minas nas transações analisadas pelo autor tem um destaque considerável, porém, a nível municipal, observa-se um predomínio de cidades do sul da província, próximas da divisa com São Paulo. O cenário é de várias cidades transferindo poucos escravos cada uma. Percebe-se também que nem todos os escravos negociados eram originários das mesmas localidades onde residiam os contratantes, o que sugere que tais cativos já tivessem passado por outras transações anteriormente.¹⁶

Em seu estudo acerca da escravidão em Santos/SP ao longo do período imperial, Ian Read dedicou um capítulo à análise do mercado local de escravos e às redes responsáveis por fazê-lo funcionar. Read enxerga um mercado santista descentralizado (devido à existência de vários compradores e vendedores nele atuando, em muitos casos, uma única vez), segmentado (visto que os grupos de comerciantes de escravos partilhavam características comuns) e interconectado (uma vez que os grupos locais estavam conectados a grupos de outras localidades, formando redes comerciais). Apresenta duas tipificações de mercados de escravos que teriam vigorado no Brasil ao longo do século XIX: mercados de municípios rurais (como Bonfim) ou pequenos centros urbanos (como Santos, Mariana, entre outros) apresentando características distintas dos mercados de grandes cidades costeiras, como o Rio de Janeiro (ou cidades que se converteram em importantes entrepostos de mão de obra escravizada, como Campinas e Juiz de Fora). Esses dois modelos de mercado (e, nesse aspecto, é possível pensar também nos mercados locais e nacional após 1850) funcionariam de forma interdependente e interconectada por complexas redes de indivíduos que atuavam através de relações sociais e econômicas previamente estabelecidas (daí a importância de se entender uma transação envolvendo escravos como uma atividade que também estava ligada à criação ou manutenção de vínculos sociais e econômicos que envolviam prestígio e confiança entre as partes envolvidas, enfatizando as hierarquias econômicas e sociais existentes).¹⁷

16 José Flávio Motta, *Escravos Daqui, Dali e de Mais Além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

Feitas as devidas considerações iniciais, este texto apresentará, de forma sucinta, os principais resultados obtidos em pesquisa de mestrado recentemente defendida abordando as configurações do tráfico interno na segunda metade do século XIX no município mineiro de Bonfim do Paraopeba¹⁸.

O estudo analisou registros notariais envolvendo escravos (escrituras de negociações de escravos, procurações destinadas a negociá-los e registros de alforria) existentes no acervo do Arquivo Público Municipal de Bonfim – APMB, permitindo montar um banco de dados composto por 514 registros, dizendo respeito a 817 pessoas escravizadas¹⁹ e 22 ingênuos²⁰ no período de 1842 a 1888. Apartando-se os 256 escravos alforriados, que aparecem em 157 registros, têm-se 357 transações comerciais envolvendo 561 cativos e 22 ingênuos.

Bonfim situava-se no limite oeste da região Mineradora Central Oeste (Figura 1), que se caracterizava pela povoação mais antiga, erigida no *boom* aurífero do século XVIII e de toda a economia surgida em seu entorno. Tendo permanecido o centro da rede urbana de Minas Gerais, a Mineradora Central Oeste sediava a capital da província, Ouro Preto, bem como grande parte dos principais centros urbanos de Minas, sendo também a mais populosa e densamente povoada região mineira ao longo do século XIX (embora outras regiões da província apresentassem crescimento populacional superior).²¹

Pela Mineradora Central Oeste passavam e nela se cruzavam importantes estradas, vindas de todas as regiões de Minas, sendo uma importante região de entreposto, com grande número de casas de negócios. Tinha ainda uma pauta de exportação diversificada, enviando para o mercado do Rio de Janeiro ouro, pedras preciosas, tecidos e doces e distribuindo os importados vindos de lá. As relações intra e inter-regional também se mostravam muito importantes, com o abastecimento de víveres provindo, em sua maior parte, da própria região. Também comprava matérias-primas para serem transformadas ou revendidas internamente e distribuía internamente artefatos de ferro para lavoura e mineração, tecidos e outros manufaturados.²²

17 Ian Read. *The Hierarchies of Slavery in Santos, Brazil. 1822-1888*. Stanford: Stanford University Press, 2012, pp. 62-90.

18 Ulisses H. Tizoco. *Pessoas Negociando Pessoas: o mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

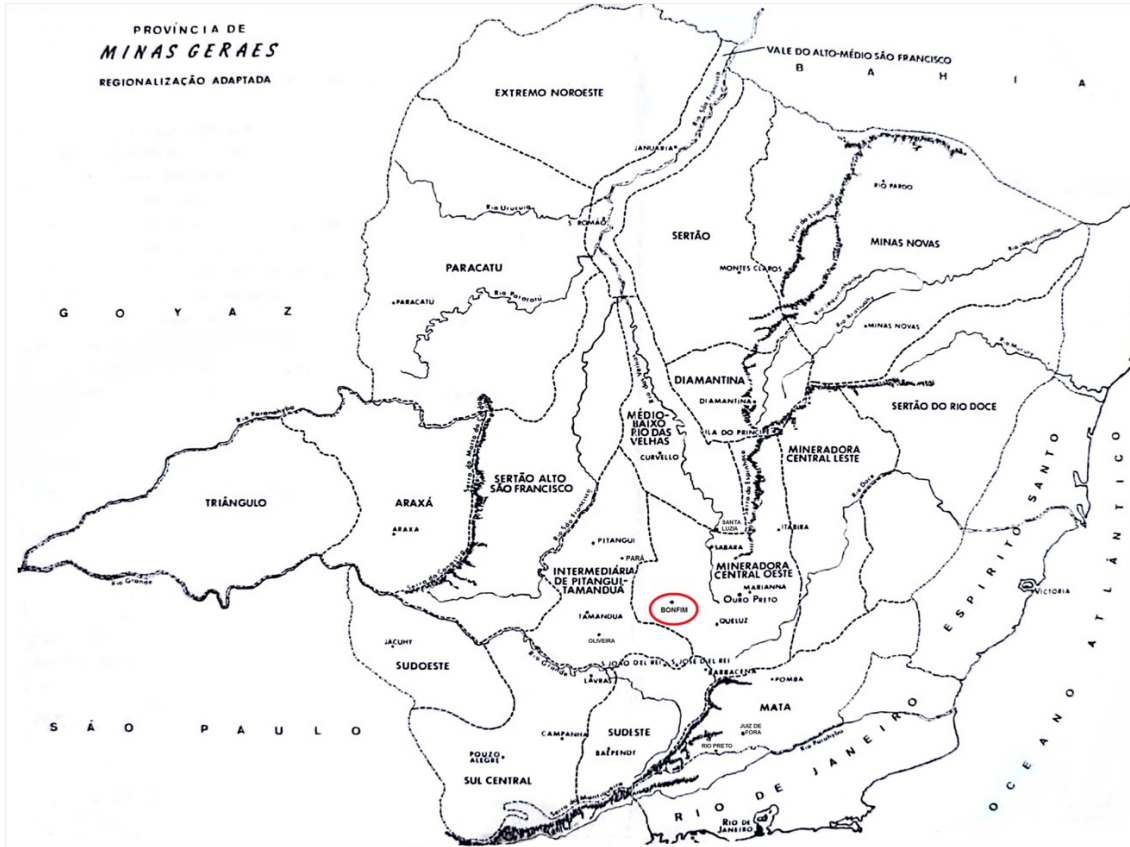
19 Tal quantidade corresponde a 14% da população escrava bonfinense em 1872.

20 O termo “ingênuo” designava os filhos de mulher escrava nascidos após a promulgação da Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871 que, embora não fossem legalmente considerados escravos, também não eram plenamente livres, uma vez que a lei previa que seus serviços poderiam ser explorados pelos senhores de suas mães até que completassem a idade de 21 anos a título de indenização das despesas com sua criação.

21 Mario Marcos Sampaio Rodarte. *O Trabalho do Fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008 (Tese de Doutorado), pp. 96-108

22 Clotilde Andrade Paiva. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado), p. 115.

Figura 1 – Regiões da província mineira



Fonte: Mapa extraído de PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado), p. 91 e modificado pelo autor.

O Vale do Alto e Médio Paraopeba, ocupado pelo território bonfinense, era, desde o século XVIII, uma fértil zona agrícola e rota comercial, além de importante para as atividades pastoris²³. A economia municipal girava em torno da produção agrícola (principalmente milho, feijão, arroz, mamona, cana, mandioca, batata e algodão), criação de animais (principalmente bois, porcos, carneiros e cavalos), além de atividades de transformação de tais matérias primas (destaque para os fios e panos de algodão, azeite de mamona, toucinho, polvilho, rapadura, açúcar e aguardente), produtos esses que variavam de importância de um distrito para o outro e destinavam-se ao mercado interno provincial e do Rio de Janeiro²⁴.

23 Laird W. Bergad. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 54.

24 Ver também Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, pp. 54-60 e Claudia Martinez. *Cinzas do passado: Cultura material, riqueza e escravidão no Vale do*

Cláudia Martinez destaca que, na década de 1830, as atividades manuais e mecânicas e a agropecuária eram as principais atividades nas quais a população da província se ocupava (41,7 e 35,2 %, respectivamente). No caso da região de Bonfim, as atividades manuais e mecânicas destacavam-se ainda mais, empregando 54% da população, com a agropecuária correspondendo a 27,7%. Dentre aquelas atividades, o setor têxtil (principalmente fiação e tecelagem e trabalhos em tecidos), tradicionalmente empregador de mão de obra feminina e o “maior ramo de atividade de transformação da província”²⁵ durante o século XIX escravista, era o mais expressivo. Em 1872, o setor agrícola empregava 37% dos habitantes da província e 33,3% dos bonfinenses. Já nas profissões manuais ou mecânicas estavam ocupados 20,4% dos mineiros e 31,7% dos bonfinenses, sendo as atividades em tecidos e costura as principais da categoria.²⁶

A população cativa da área que futuramente abrigaria o município de Bonfim era formada, na década de 1830, por mais de 1/4 de crianças e por 44% de pessoas provenientes do continente africano, valores estes praticamente idênticos (ligeiramente superiores) àqueles calculados por Martinez para a província (27,7% de crianças e 41,7% de africanos na população escrava) e para a região Mineradora Central Oeste (25,7% de crianças e 43,3% de africanos)²⁷. Em que pese a diversidade de cenários observada em seus distritos de paz, o município vivia uma realidade semelhante à da província e da região Mineradora Central Oeste no tocante à reposição de sua mão de obra escravizada na década de 1830: teria uma dependência relativa da importação de africanos, uma vez que quase metade de seus escravos dela provinha, ao mesmo tempo em que a reprodução natural também parecia fazer-se presente de forma considerável.

Dos 72 municípios mineiros existentes em 1872, apenas 19 superavam a população bonfinense. No tocante à população cativa, o município ocupava a 28ª posição. Quando se compara o percentual de escravos em relação à população total, os extremos provinciais eram Mar de Espanha, com 39,2%, e São Romão, com 5,9%. Por sua vez, 16,4% da população bonfinense encontrava-se escravizada, percentual ligeiramente inferior (porém bastante próximo) daquele apresentado pela província, 18,2%. Ou seja, no início da década de 1870, a população escrava bonfinense continuava apresentando características próximas à provincial, inclusive na razão de sexo (Figura 2).²⁸

O comportamento da população cativa bonfinense não seguiu uma trajetória de queda constante entre as décadas de 1830 e 1880, passando por períodos de diminuição e incremento sem, contudo, chegar a se igualar à cifra dos anos 1830. Tal crescimento pôde ser verificado entre o final da década de 1850 e o início da de 1870 (Figura 2).

Paraopeba/MG: 1831/ 1914. Londrina: Eduel, 2014, pp. 69-77.

25 Douglas Cole Libby. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 246-247.

26 Cláudia Martinez. *Cinzas do passado...*, pp. 72-79.

27 Cláudia Martinez. *Riqueza e escravidão...*, pp. 47 e 49.

28 De acordo com os dados do Recenseamento de 1872 (disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br:8080/pop72/>). Acesso em 08/09/2016).

Os dados para o início da década de 1880, embora menos precisos e confiáveis, indicam uma redução bastante acentuada (a maior verificada em todo o período) no número de escravos²⁹. Vale lembrar que, como anteriormente mencionado, a década de 1870 (e sua segunda metade, em especial), é apontada na historiografia como o auge das movimentações internas de cativos no período pós-1850. Além disso, a partir de 1871 a reposição por via natural deixara de ser um recurso disponível. Dessa forma, além do efeito da mortalidade e das manumissões, um possível incremento do tráfico e a impossibilidade da reprodução natural sobre aquela população são fatores cruciais para se compreender tal declínio.

Os dados censitários acima arrolados demonstram que, ainda que no intervalo entre as décadas de 1830 e início da de 1880 observe-se uma diminuição da população escravizada, esta não foi esvaziada, tendo adentrado a década final da escravidão em quantidade ainda considerável. Como teria se dado então a participação de Bonfim no intenso comércio interno de escravos verificado no Brasil após o fim do tráfico atlântico?

As transações do mercado bonfinense concentraram-se no início dos anos 1860 (até 1863) e ao longo da década seguinte, tendo uma parte menor sido registrada durante a segunda metade da década de 1860 e os oito anos finais da escravidão.

79,9% delas diziam respeito a negociações envolvendo apenas um ou dois cativos, inteiros ou em partes, correspondendo a 62% dos escravos traficados. No município de Mariana, Camila Flausino observou um predomínio ainda maior de transações com essas características: 86,3%³⁰.

As principais negociações registradas em cartório por meio de escrituras foram as de compra e venda simples. Contudo, o comércio de mão de obra escravizada em Bonfim envolveu também as modalidades de penhor, hipoteca, venda condicional (ou “a retro”), troca, doação e aluguel (“ajustamento” ou “engajamento”). Sobre esta última modalidade de transação, Douglas Libby observa que “a prática de aluguel de escravos é uma clara demonstração da flexibilidade do regime escravista mineiro, e, na medida que essa prática cresceu ao longo do século XIX, é indicativa do gradual processo de transição pelo qual o regime estava passando”³¹. Isto porque

ao ser dotado de vários atributos do trabalhador assalariado clássico, o escravo de aluguel representava, por excelência, a transição para o trabalho livre que estava se processando, especialmente após 1850. Ao mesmo tempo, o escravo de aluguel oferecia uma série de vantagens ao contratante que, na verdade, nem o trabalhador livre poderia oferecer.³²

29 Ulisses Tizoco. *Pessoas negociando...*, pp. 59-61.

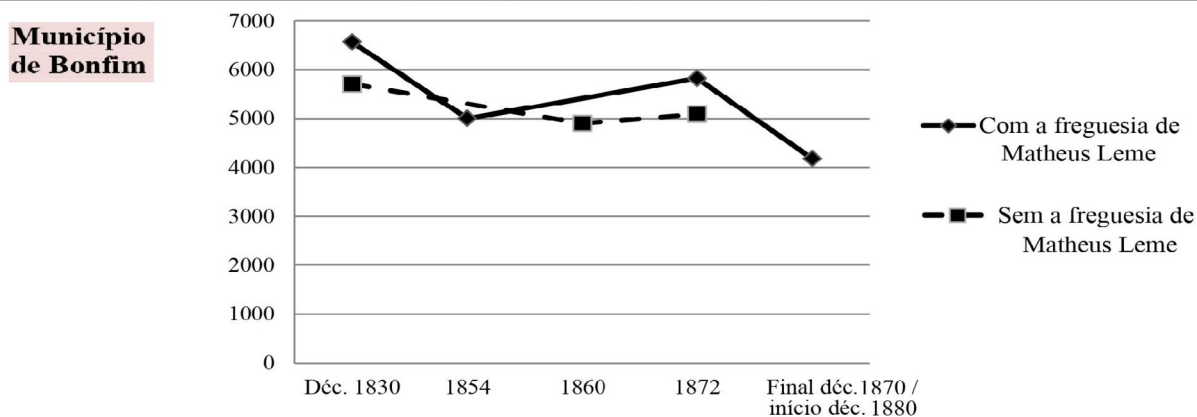
30 Camila Flausino, *Negócios da escravidão...*, pp. 77-78.

31 Douglas Libby, *Transformação e trabalho...*, p. 320. Ver também Jacob Gorender, *O escravismo...*, pp. 228-229.

32 Douglas Libby, *Op. Cit.*, pp. 330-331.

Figura 2 – População escrava de Minas, Bonfim e suas freguesias entre as décadas de 1830 e 1880.

		Província de MG	Município de Bonfim	Freguesia de Bonfim	Freguesia de Itatiaiuçu	Freguesia de Matheus Leme	Freguesia de Piedade dos Gerais	Freguesia de Rio do Peixe	Freguesia de São Gonçalo da Ponte	
Homens	Déc. 1830	-	3942	579	780	531	650	639	763	
	1854	-	2808	-	-	-	-	-	-	
	1872	199434	3179	718	539	414	414	723	371	
Mulheres	Déc. 1830	-	2624	406	530	327	489	443	429	
	1854	-	2196	-	-	-	-	-	-	
	1872	171025	2645	645	466	316	383	546	289	
Total	Déc. 1830	246347	6566	985	1310	858	1139	1082	1192	
	1854	317760	5004	-	-	-	-	-	-	
	1860	-	4903	1084	873		1025	1021	900	
	1872	370459	5824	1363	1005	730	797	1269	660	
% do Total de escravos da província ou do município	Déc. 1830	100	2,7	15	20	13,7	17,4	16,5	18,2	
	1854	100	1,6	-	-	-	-	-	-	
	1860	-	-	22,1	17,8		20,9	20,8	18,4	
	1872	100	1,6	23,4	17,3	12,5	13,7	21,8	11,3	
Percentual de escravos na população	Déc. 1830	32,6	36,6	36,7	37,3	27,7	33,1	41,3	45,7	
	1854	-	26,6	-	-	-	-	-	-	
	1860	-	25,3	20,4	23,6		25,7	27,9	33,2	
	1872	18,2	16,4	18,1	12,6	14,2	13,8	20,7	21,9	
Razão de sexo	Livres	Déc. 1830	-	90	93	94	83	96	91	85
		1854	-	91	-	-	-	-	-	-
		1872	103	98	101	100	97	97	97	92
	Escravos	Déc. 1830	-	150	143	147	162	133	144	178
		1854	-	128	-	-	-	-	-	-
		1872	117	120	111	116	131	108	132	128



Fontes: Listas nominativas da década de 1830 (<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/>); APM (Arquivo Público Mineiro) SP-570; APM SP-893 (documentos nos 171, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185 e 194); APM SP-956 (documento nº 46); RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O Trabalho do Fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008 (Tese de Doutorado), pp. 83 e 86; Recenseamento de 1872 (<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br:8080/pop72/>).

Quanto ao perfil demográfico dos negociados, observou-se primazia de homens (56%) nascidos no Brasil (92%) e com idades entre 15 e 39 anos (69%). Entre os que tiveram ocupação mencionada, as atividades ligadas à produção agrícola (lavrador / roceiro / profissão de roça / serviço de roça / trabalhador de roça) predominaram entre os homens e, entre as mulheres, aquelas ligadas à transformação têxtil (fiadeira / fiandeira / fiadeira de algodão / fiar algodão, fiar algodão e tecer, tecedeira, costureira).

A análise dos preços médios conforme o sexo e a faixa etária revelou que, apenas na década de 1860, portanto uma década após a abolição do tráfico atlântico, não apenas os preços das mulheres estiveram bem mais próximos aos dos homens, como também os preços das jovens, de 15 a 19 anos, chegaram a superar os preços dos rapazes de mesma idade. Nas décadas seguintes, os preços das mulheres em idade produtiva (15-39 anos) caíram de forma bem mais acelerada que os dos homens, aumentando cada vez mais a diferença de preço entre os sexos. Em Mariana, Camila Flausino observou comportamento parecido³³.

No mercado bonfinense, entre 1860 e 1888, o ápice dos preços ocorreu na faixa etária 20-24 para os homens e na 15-19 para as mulheres. É consenso na historiografia que o período de maior valorização de um escravo ocorria dos 15 aos 29 anos, uma vez que o auge da capacidade de produção escrava, em ambos os sexos, dava-se nesse período. Ou seja, 15-29 seria o período *mais* produtivo dentro daquele no qual se poderia esperar uma boa produtividade por parte do trabalhador escravizado.³⁴

Tendo em vista apenas os preços nominais médios dos homens entre 15 e 29 anos, preços mais altos que se costumava pagar por um trabalhador escravo, é possível comparar os preços médios bonfinenses com os de mercados de outras localidades. A despeito das diferenças de preços de uma localidade para outra, todos os autores pesquisados encontraram preços médios mais elevados nas décadas de 1870 e 1860 e menores na de 1880. Para Bonfim, cuja maioria esmagadora das transações se deu a nível local, os valores médios encontrados foram Rs 1:403\$270 na década de 1860, Rs 1:334\$444 nos anos 1870 e Rs 1:116\$667, preços bastante próximos daqueles praticados no mercado marianense. Isso permite concluir que, ao longo das três décadas finais da escravidão, os escravos mais valiosos atingiam, na região Mineradora Central Oeste (Bonfim e Mariana), preços mais eleva-

33 Camila Flausino, *Negócios da escravidão...*, pp. 127-133. É importante destacar que não há um consenso na historiografia sobre a faixa etária dos escravos considerada produtiva. Há autores que adotam a faixa 15-44 anos (Clotilde Paiva, *População e economia*, p. 211), outros utilizam 15-40 (Laird Bergad, *Escravidão e história...*; Ian Read, *The hierarchies...*, pp. 62-90.) ou 15-39 (Camila Flausino, *Op. Cit.*, p.83.), adotada na presente pesquisa, enquanto outros optam por desmembrar tais faixas em 15-29 e 30-44 (José Flávio Motta, *Escravos daqui, dali...*; Rafael Scheffer, *Comércio de escravos...*; Gabriel Rossini, *A dinâmica...*).

34 Robert W. Slenes. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986.; Jacob Gorender, *O escravismo...*; Erivaldo Neves. *Afro-Ásia*; Laird Bergad. *Op. Cit.*; Camila Flausino, *Op. Cit.*; Rafael Scheffer, *Op. Cit.*; José Flávio Motta, *Op. Cit.*; Gabriel Rossini, *Op. Cit.*.

dos que os registrados no mercado baiano (Caetité) e mais baixos que aqueles praticados nos mercados paulistas (Campinas, Rio Claro e Piracicaba).³⁵

Quanto aos fluxos das transações verificadas em Bonfim, foram constatadas as seguintes tendências:

- 1 Caráter eminentemente local das transações, visto que 86,3% dos transmitentes e 82% dos adquirentes residiam em Bonfim.
- 2 Predomínio do tráfico intraprovincial (nos âmbitos local e regional – Bonfim-Bonfim e Bonfim-adjacências), uma vez que 98,3% dos transmitentes e 96% dos adquirentes residiam na província mineira (excetuando-se a região da Mata).
- 3 Concentração de uma parcela das transações e dos escravos negociados em um reduzido número de indivíduos e/ou firmas comerciais, face à pulverização dos envolvidos verificada na parcela majoritária das negociações. Em outras palavras, foram identificados poucos comerciantes especializados negociando no mercado bonfinense quantidade considerável de escravos, porém a grande maioria dos cativos passou pelo mercado via mãos de senhores que tiveram participações esporádicas no mesmo.
- 4 O saldo do tráfico teria sido apenas ligeiramente negativo para o município de Bonfim ao longo das cinco décadas analisadas. Com efeito, entre os transacionados via escrituras de compra e venda, 61% teriam permanecido no município, 16% dele teriam saído, 8% chegado, 6% tiveram como locais tanto de saída quanto de chegada outros municípios que não Bonfim e 9% não tiveram o fluxo identificado.
- 5 Quanto à origem dos brasileiros negociados no mercado bonfinense, 98,6% haviam nascido ou sido originalmente matriculados em municípios mineiros (excetuando-se a região da Mata), sendo 73% originários de Bonfim, e, pelo menos 1/4 daqueles negociados entre 1860 e 1888, passaram por transações precedentes³⁶.

Foram identificados três grupos de comerciantes atuando com alguma regularidade no mercado bonfinense, a saber:

- 1 José Marques da Silveira e seu filho, José Marques da Silveira Junior.
- 2 firma Andrade e Silva, Lobato & Cia., e seu sócio-gerente, Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva.
- 3 firmas Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza e Baeta Neves & Irmão, além de seus principais sócios, os irmãos Caetano e Francisco Baeta Neves.

35 Camila Flausino, *Op. Cit.*, p. 136; Erivaldo Neves, *Op. Cit.*, p. 111; José Flávio Motta, *Op. Cit.*, pp. 230 e 314; Gabriel Rossini, *Op. Cit.*, pp. 201, 239 e 320; Rafael Scheffer, *Op. Cit.*, pp. 65-66.

36 Ver também Claudio Heleno Machado. *Tráfico interno...*, pp. 17-22 e José Flávio Motta. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. pp. 23-43.

Todos residentes na sede municipal, foram responsáveis por cerca de 1/5 dos escravos e 1/3 dos ingênuos negociados. Para tanto, estiveram inseridos em intrincadas redes comerciais que envolviam outros comerciantes e intermediários maiores ou menores em diversas regiões de Minas e do Império.³⁷

Embora seja possível que os negociantes bonfinenses tivessem trânsito por mais municípios e regiões da província, verificou-se uma concentração de suas ações em municípios das regiões Mineradora Central Oeste, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Médio-Baixo Rio das Velhas, Sudeste, Mata mineira e fluminense e Corte, ou seja, o entorno de Bonfim, o caminho para a Mata, a Mata e seu entorno e a Corte. Apenas o grupo dos Baeta Neves possuiria contatos comerciais com regiões mineiras mais distantes, como a do Sertão.

É importante destacar também que eles não comercializavam apenas escravos. Estes eram apenas mais uma entre as muitas mercadorias por eles transacionadas, talvez a mais lucrativa. Os períodos de atuação desses indivíduos também indicam a possibilidade de eles terem aproveitado as oportunidades criadas a partir do crescimento da demanda e da elevação dos preços dos cativos entre as décadas de 1860 e início da de 1880 para se lançarem nesta atividade, aproveitando rotas e contatos comerciais previamente conhecidos.

Finalmente, a pesquisa buscou compreender as possíveis motivações de transmitentes e adquirentes “comuns” ao atuarem no mercado bonfinense, ou seja, aqueles indivíduos que tiveram uma única ou poucas atuações no mercado e que aparentemente não estariam apenas renegociando escravos ou os adquirindo com o intuito específico de revender.

Para tanto, foram analisados 19 inventários de pessoas que não eram comerciantes ou intermediários e efetuaram negociações de escravos em Bonfim, sendo 16 de adquirentes e três de transmitentes.

Constatou-se que a maioria deles teria atuado no mercado bonfinense visando renovar ou mesmo ampliar suas posses, saldar dívidas ou ter acesso a créditos ou ainda reunir nas mãos de um único senhor escravos possuídos em condomínio (em, pelo menos, 8,7% das transações, foi mencionado que os escravos negociados provinham de herança). Também foi evidenciada uma aparente concentração de escravos nas mãos dos produtores rurais mais abastados, em detrimento da dissolução das pequenas posses.

No caso dos transmitentes inventariados, todos ou eram pequenos ou médios proprietários de terras e escravos ou então se encontravam bastante endividados. Embora, por falta de mais dados, não se possa afirmar que uma porcentagem significativa de transmitentes estivesse em tais situações, isso também não parece ser muito improvável.

Com relação aos adquirentes, foram observadas as seguintes tendências:

37 Ian Read, *The hierarchies...*, pp. 62-90.

- 1 Proprietários grandes (11 a 35 escravos) e excepcionais (36 ou mais) costumavam dedicar-se à produção de variados gêneros alimentícios em grande escala, além de diversificadas atividades de transformação em suas fazendas.
- 2 Proprietários médios (4 a 10 escravos) e pequenos (1 a 3), além de executarem atividades relacionadas ao transporte, podiam ser encontrados desempenhando atividades como negociantes de fazendas secas e ou molhadas ou pequenos e médios produtores de gêneros alimentícios e atividades de transformação (principalmente as têxteis, do ferro e da cana).
- 3 Inventariados que não deixaram escravos estavam, invariavelmente, ligados a atividades exercidas no meio urbano (como atividades intelectuais e comércio fixo).
- 4 A maioria dos inventariados, independente do tamanho da posse, também se ocupava de alguma atividade relacionada ao transporte. Logo, estas também se destacaram no emprego de mão de obra escravizada em Bonfim.
- 5 Aparentemente, a maioria dos adquirentes apresentavam posses, no mínimo, de tamanho médio. Dessa forma, proprietários de um único escravo ou de nenhum devem ter sido uma pequena minoria entre os adquirentes bonfinenses.

Logo, o mais provável é que os grandes e médios fazendeiros locais, ligados à produção para o mercado interno provincial (e também para regiões da província do Rio), estivessem conseguindo reter no município a maior parte dos escravos que, oriundos em sua maioria de herdeiros e pequenos proprietários endividados, a conta-gotas eram disponibilizados ao mercado. Competiam, dessa forma, com os grandes comerciantes que se destinavam a suprir a demanda por mão de obra de fazendeiros das mais diversas regiões, sobretudo aqueles ligados à produção para exportação.

Considerações finais

Os resultados encontrados para o mercado de escravos bonfinense, muito próximos daqueles encontrados por Camila Flausino para o marianense, sugerem que, a despeito de especificidades locais, pode ter havido uma relativa homogeneidade no comportamento dos proprietários da região Mineradora Central Oeste no tocante à aquisição e disponibilização de trabalhadores escravizados ao mercado.

Se o tráfico interprovincial teria despovoado de escravos regiões do Império menos dinâmicas economicamente, nem Bonfim nem Mariana podem ser incluídos nesse pacote.

Não obstante algumas vendas para a Mata mineira e província do Rio de Janeiro, o comércio de escravos documentado em Bonfim era de natureza eminentemente regional, multidirecional e não sustenta a noção de que a região estivesse perdendo população escrava para áreas mais dinâmicas de forma acentuada.

Em sua pesquisa de doutorado, Claudia Martinez conclui que, “apesar da identificação de outras formas de mão de obra conviver simultaneamente com a escravidão, esta foi fundamental para a sustentabilidade da produção”, para todos os setores escravistas da sociedade bonfinense. Os pequenos e médios proprietários de escravos (e, portanto, a maioria da população escravista), estabeleciam com os cativos uma “*relação de trabalho do tipo complementar*” (grifos no original), garantindo um trabalho contínuo e permanente nos sítios e chácaras e fazendo o braço escravo assumir um peso bastante expressivo na economia dessas famílias até os momentos finais da escravidão. No caso dos grandes e excepcionais proprietários, os escravos eram fundamentais à perpetuação e manutenção da produção nas fazendas até o fim da década de 1880. Assim, “manter o plantel de cativos até quando isso fosse possível não constituiu [...] uma opção, mas representou a única alternativa possível naquele momento”.³⁸

Contudo, nem todos os setores escravistas da sociedade contariam com as mesmas condições de conservar suas posses. Aparentemente, a maioria dos escravos bonfinenses disponibilizados ao mercado proviriam de pequenos e médios proprietários, de heranças ou de senhores endividados, enquanto os grandes e excepcionais escravistas parecem ter sido os principais adquirentes. Logo, acredita-se estar em curso, após 1850, uma crescente dissolução das posses menores e concentração dos escravos nas mãos dos grandes fazendeiros locais³⁹.

Os comerciantes de escravos bonfinenses mantinham intenso intercâmbio comercial com a região da Mata, além de relações também bastante próximas com municípios do entorno e com a província do Rio de Janeiro (Corte e municípios cafeeiros situados na divisa com Minas). Seus negócios ramificavam-se ainda mais pelo interior do município e da província a partir de seus contatos comerciais e indivíduos que intermediavam suas negociações. Essa capilaridade das relações comerciais mostrou-se essencial à interconexão entre os mercados de cativos regional e nacional.

Pensando no funcionamento das redes comerciais e os contatos mantidos entre indivíduos de diversas localidades que negociaram escravos, pode-se argumentar que transações comerciais envolvendo escravos dificilmente englobavam unicamente tal mercadoria. Os contatos comerciais firmados durante tais negociações muito provavelmente seriam preservados para transações comerciais futuras, envolvendo a mercadoria escrava ou qualquer outra.

Articulando as particularidades da economia bonfinense a uma lógica econômica e a sistemas de trocas e intercâmbios mais amplos, deve-se ressaltar a necessidade de se com-

38 Claudia Martinez, *Cinzas do passado...*, pp. 136-137 e 196.

39 Ver também Leonardo França Campos. *Escravidão e família escrava em uma economia de abastecimento: termo de Barbacena, século XIX*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011, p. 196; Rafael Scheffer, *Comércio de escravos...*, p. 61; Ian Read, *The hierarchies...*, p. 68 e FRANK, Zephyr L. *Entre ricos e Pobres: o mundo de Antonio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista*. Tradução de Célia Lynn Goodwin e Elizabeth Maria Braathen. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

preender as regiões abastecedoras, como Bonfim, como partes fundamentais dentro de uma divisão internacional da produção no capitalismo global do século XIX. A produção bonfinense, além de abastecer o mercado local, gerava excedentes comercializados inclusive em regiões vinculadas à economia de exportação. Tal situação também se verificava em uma parte significativa da província mineira (ao menos na região Mineradora Central Oeste, não seria diferente). Logo, o estudo do comércio de escravos em Bonfim representa ao menos uma parte considerável da extensa e multifacetada província de Minas.

Tal como Bonfim, Minas perdeu e ganhou escravos no período compreendido por este estudo. E tal como os distritos bonfinenses, os municípios mineiros vivenciaram diferentes realidades: tendo uns aumentado ou mantido sua população escrava e outros diminuído. Os ganhos, tanto em Bonfim quanto na província, estavam relacionados às novas aquisições e, até 1871, também à reprodução natural, que variava de importância de uma localidade para outra.

Mesmo sendo a província mais populosa durante todo o período imperial, Minas Gerais conseguiu ser autossuficiente na produção de alimentos e artefatos como panos de algodão e objetos de ferro, além de ocupar importante papel no abastecimento de regiões vizinhas, como a província do Rio. Levando-se em conta uma produção de tal magnitude, não é de se estranhar, portanto, que as produções destinadas ao mercado interno apresentassem demanda por braços suficiente para “rivalizar” com a demanda da produção para exportação. Isso evidencia um mercado interno extremamente forte e importante.

Dessa forma, a manutenção da escravidão por quase todo o século XIX no Brasil não pode ser explicada unicamente pela economia de *plantation*, principalmente levando-se em conta que, no período, a maioria dos escravos do Brasil vivia em Minas e não estava empregada em atividades voltadas à exportação, como o café ou mesmo a mineração. Ademais, os registros bonfinenses, ao documentar transações de escravos adentrando 1888, demonstram que a escravidão na região ainda perduraria algum tempo caso a abolição não tivesse ocorrido aos 13 de maio. E em grande parte da província, tal situação não seria diferente.